

A Educação derruba governos: movimentos de resistência nas ocupações de 2015 e 2016

João Ulisses Viturino¹

Marília Etienne Arreguy²

O presente trabalho origina-se de pesquisa feita junto ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal Fluminense nos anos de 2020 a 2021, tendo como objetivo geral compor as discussões sobre o conceito de resistência na obra foucaultiana, no que se refere as produções dos anos de 1970, que compõem a divisão “genealógica”. Foucault (2019) ao enfatizar que “lá onde há relações de poder, há resistências”, apresenta a dinamicidade das relações de poder que perpassam os indivíduos. Desse modo, a resistência aparece como contraponto de poder e subverte as relações no interior do *corpus* social. Para a realização dessa pesquisa foram selecionados os movimentos secundaristas dos anos de 2015 e de 2016, que compuseram o corpo teórico de análise, a partir das reivindicações e dos movimentos de ocupações protagonizados pelos estudantes. O trabalho teve enfoque qualitativo e englobou pesquisa bibliográfica, tendo como fontes de pesquisa análise documental e a busca por fontes jornalísticas consolidadas na *world wide web*, de modo a compreender certa discursividade advinda daquele momento circunscrito na história. Pretendeu-se verificar os efeitos dos movimentos estudantis, o sentido político de “afirmação de si mesmos”, nas produções de novos caminhos em torno dos processos de subjetivação e do protagonismo estudantil, social e político, sobretudo, organizado pelos jovens de baixa renda.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; Resistência; Foucault; Ocupações 2015-2016.

As organizações e movimentos estudantis tiveram seus papéis nas constituições de novas políticas públicas para a educação, bem como pelo caráter político – social de lutas presenciadas e performadas pelos sujeitos civis ao longo da história. Tais organizações corroboram com o pensamento e conceito foucaultiano de *resistência*, sobretudo, ao constituírem novos processos de subjetivação e de ação política para com os sujeitos ali presentes, ao desafiarem as relações de poder pré-estabelecidas no campo educacional. Para Foucault, a escola funciona como uma instituição de sequestro. Nela os sujeitos estão inseridos a partir de sua multiplicidade, para dar constituição nas composições de forças ‘produtivas’ para o corpo social. Neste sentido, a instituição opera em separar, normalizar,

¹ Bolsista de Iniciação Científica – CNPq, Faculdade de Educação, UFF. Email: joaoulisses@id.uff.br

² Professora Associada – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFF. Email: mariliaetienne@id.uff.br

quantificar os indivíduos em séries de apoio as redes de poder; até que esse indivíduo se constitua como ‘sujeito’ de saber – poder. A esse processo opõem-se as resistências. Assim, os movimentos sociais de 2013 e os movimentos estudantis foram percebidos como o ‘ponto outro’ das relações de poder social hegemônico. Indaga-se sobre como ocorreu a formação dos movimentos e ocupações estudantis ao longo do ano de 2015 e de 2016. Foi possível observar as transformações procedentes das organizações da luta de agentes da escola por melhoria da infraestrutura escolar, assim como algumas das formas de resistência presentes dentro das relações de saber-poder exercidas entre e pelos estudantes e a sociedade civil nesse período de 2015-2016.

Acompanhamos nos anos de 2015 e 2016 no Brasil, uma série de organizações e movimentos sociais que se insurgiram contra as relações de trabalho, poder e de força do Estado. Esses movimentos visavam a construção e consolidação de formas de resistência em relação ao sucateamento educação pública, sobretudo com o processo de gentrificação das mesmas para locais periféricos, bem como com a diminuição da oferta de unidades, caracterizando claramente na perda de qualidade de ensino e de vida dos estudantes.

A organização de manifestações e protestos, mas sobretudo, as ações das ocupações foram importantes para a construção de novas relações sociais e educacionais, no que se refere aos estudantes, aos professores, à diretoria e a toda a comunidade ao redor da escola. Vale ressaltar que essas organizações construíram novos processos de sociabilidade, em especial em relação à figura pública da escola, revendo, questionando, enfrentando e transformando suas ‘antigas’ relações.

O movimento dos estudantes, mobilizou toda a população em luta não só da defesa de uma educação de qualidade, mas também contra os abusos das relações de poder dos governos. De acordo com Januário, Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), o caráter organizacional desses movimentos pôde ser comparado aos movimentos de Junho de 2013, quando se instaurou certa horizontalidade política, em que os jovens buscavam, nas ruas, mostrar suas vozes e potências.

As Jornadas de Junho de 2013 representaram o primeiro movimento que chamou a atenção das mídias pelo seu caráter suficientemente organizado e pela sua representação política. De fato, não se esperava que houvesse tamanha organização. Tanto para os autores, quanto para a mídia geral esse movimento foi o principal articulador das organizações

secundaristas nos anos de 2015 e 2016. O sentimento de luta e de representação que partiu das Jornadas de Junho de 2013, é uma das principais semelhanças para com a organização secundarista e as ocupações escolares. Sendo assim, a cobertura da mídia sobre as ocupações em 2013 também fora de grande importância para a construção de novas expressões identitárias, e de espaço social e público. Esse protagonismo aqui suscitado pelos protestos vai ao encontro da noção de ‘atitude crítica’ definida por Foucault enquanto relação de resistência inerente às relações de poder, uma vez que os sujeitos se rebelam contra a falácia do poder, contra a hipocrisia dos mecanismos disciplinares. Sendo assim, a crítica é o contraponto de poder, dentro das relações sociais.

Não obstante, a relação de crítica tal como pontua Foucault nos permite observar as organizações dos movimentos sociais como práticas de multiplicação. A partir do sentido de luta, os sujeitos se opõem às redes de poder que vão de encontro com os processos de individualização presente nos mecanismos de governamentalização. Isso gera tensão intersubjetiva e social que, em escalada, podem desencadear movimentos de insurgência, rebelião, e eventualmente, revolução, no plano político coletivo.

Considerando o exercício dos movimentos a partir da noção de atitude crítica, compreende-se que a sua característica primeira é do embate com as ‘políticas de verdade’ (FOUCAULT, 2004); por políticas de verdade Foucault aponta para os mecanismos e para as relações de força, de dominação e de poder que asseguram aos sujeitos suas normalizações e seu disciplinamento. Ao passo que, a atitude crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade, questionando seus efeitos de poder e a determinação do poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da “inservidão voluntária”, aquela da indocilidade refletida (FOUCAULT, 2004, p. 5).

Para Gohn (2011, p. 335), os movimentos sociais são entendidos como “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam de simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas”. Dessa maneira, é possível compreender as jornadas de junho e as ações secundaristas como movimentos sociais que corporificam

diversos outros movimentos, tendo como força motriz as produções de resistências e de crítica às diversas relações de poder no campo político e educacional.

Nas coberturas midiáticas sobre os movimentos aqui apontados, percebe-se essa correlação entre o pertencimento e a identificação dos sujeitos a um ‘corpo político’. Os movimentos que sucederam as jornadas de Junho ficaram conhecidos como “primavera secundarista”. Essas mobilizações foram organizadas em dois momentos, o primeiro no ano de 2015 na cidade de São Paulo, e o segundo no ano de 2016, quando foram ocupadas mais de mil escolas pelo país. Novamente, a sociedade não estava esperando pela reorganização dos estudantes, tampouco pela sua adesão no ano seguinte (2016).

Num sentido hegemônico, as subjetividades que estão sendo produzidas pelo espaço escolar acabam por concretizar, no próprio corpo, as tecnologias de normalização ligadas à disciplina. A “norma escolar” pode ser entendida como um dispositivo de poder ligado à utilidade assim como à vigilância. Dessa forma, a disciplina exige do indivíduo uma atenção sobre seu corpo, de modo a acompanhar os processos e normas introduzidas pelo espaço educativo e expandidas pelas relações a serem desempenhadas em sociedade. Foucault (1995) apresenta como lutas transversais aquelas cujo objetivo é o de oferecer novas possibilidades de transformação aos sujeitos diante das tecnologias de poder e de suas estratégias.

Os estudantes durante os meses de novembro a outubro de 2015 se concentraram em ir às ruas reivindicar seus direitos enquanto cidadãos, além de reconstituir suas subjetividades ao exercerem tais movimentos e organizações. A partir de suas organizações, o Estado e a Secretária de Educação decidiram interromper a reorganização escolar naquele ano, lançando um novo cronograma de consulta e de participação da comunidade escolar.

Os movimentos de resistência enquanto ponto outro das relações de poder permitem que os sujeitos exerçam novas constituições éticas e sociais, a partir das condições de enfrentamento exercidas pelos sujeitos. Nesse sentido, os movimentos de resistência protagonizados pelos estudantes secundaristas em 2015 e 2016 fazem parte e formam, desde a mecânica das instituições educacionais, as relações micropolíticas de poder. Essas insurreições contra o sucateamento e a precarização do ensino público levaram os estudantes a se organizarem entre si, a fim de defender e de modificar as relações de formação educacional e social, compartilhadas por eles, porém que se mostravam abusivas e, portanto, não eram mais capazes de alijá-los da produção de sua própria subjetividade.

Nesse sentido, os movimentos e as ocupações estudantis protagonizadas nos anos de 2015 e de 2016 corroboram para a questão da “defesa da escola”, ao não permitir tais formas de expropriação subjetiva e social. Essa posição assumida pelos estudantes e seus responsáveis, em alguma medida caracteriza a instituição escolar como um dispositivo político, econômico e social, que estava correndo perigo do ponto de vista institucional, ao desapropriar os sentidos defendidos pelos estudantes.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, André. Cinco anos das jornadas de junho: um legado em disputa. **EPSJV/FIOCRUZ**, 15 de Junho de 2018. Disponível em: [Cinco anos das Jornadas de Junho: um legado em disputa | Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio \(fiocruz.br\)](#) Acesso em: 29 de jun. de 2021.

BLUME, Bruno André. Ocupações de escolas: entenda. **POLITIZE**, 3 de novembro de 2016. Disponível em: [Ocupações de escolas: entenda - Politize!](#) Acesso em: 05/07/2021.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de luta**. – São Paulo : Veneta, 2016. (Coleção Baderna).

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. ESCOLAS DE LUTA, EDUCAÇÃO POLÍTICA* * *Artigo resultante de um Projeto de Pesquisa Exploratória interdisciplinar, desenvolvida no âmbito da Rede Escola Pública e Universidade. **Educação & Sociedade** [online], v. 37, n. 137, pp. 1177-1202, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016163403>. Acesso em: 2 de julho de 2021 ISSN 1678-4626.

FANCHIN, Patrícia. As ocupações das escolas, o protagonismo das juventudes e a potência dos pobres. **Missões: a missão no plural**, 30 de Maio de 2016. Disponível em: [As ocupações das escolas, o protagonismo das juventudes e a potência dos pobres | Revista Missões \(revistamissoes.org.br\)](#). Acesso em: 05/07/2021.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes *et al.* . Rio de Janeiro : NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In.: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. Uma entrevista com Michel Foucault. **Verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 5, 2004.

GOHN, Maria da G. . Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, nº 47, p. 333-361, 2011.